Conselho decide hoje a cassação

Daniela Nahass

Da equipe do **Correio**

Os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal decidem hoje, a partir das 10h, a abertura do processo de cassação do mandato do ex-presidente do Congresso Nacional senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e do ex-líder do governo senador José Roberto Arruda (sem partido-DF). Pelo menos nove conselheiros vão votar a favor do relatório de Saturnino Braga (PSB-RJ), que recomendou a cassação como pena pelo crime de violação do painel do Senado no dia da votação da cassação de Luiz Estevão (PMDB-DF).

Os aliados de ACM ainda vão tentar uma última saída: a apresentação do voto em separado do senador Paulo Souto (PFL-

BA) recomendando uma pena mais branda para o ex-presidente do Congresso ou simplesmente sugerindo a abertura do processo sem a definição da pena — Saturnino pediu a cassação. Mas os próprios “carlistas” não acreditam no sucesso da estratégia, tanto que o PFL concentrou todos os esforços na prorrogação de prazos durante a análise do processo na Mesa do Senado.

A sessão será aberta pelo presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS) e deve durar cerca de seis horas. Antes do início da votação, cada senador presente, membro do Conselho ou não, poderá falar por dez minutos. Neste momento, Paulo Souto lerá o seu relatório alternativo. No entanto, o voto em separado só será analisado depois da votação do relatório de Saturnino. A decisão de Tebet

deve causar polêmica durante a sessão. “Isto não está certo, vamos questionar”, adiantou Souto. “Isso é matéria superada. Não há o que questionar”, rebateu Tebet. Paulo Souto vai pedir a inversão da pauta, mas Tebet já adiantou que negará o pedido.

Outra polêmica que deve dominar a reunião de hoje é a decisão de Ramez Tebet de não permitir que José Roberto Arruda vote. O senador é membro do Conselho de Ética e deu vários sinais de que pretendia votar para evitar o voto do seu suplente, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que já se colocou publicamente a favor da cassação. Arruda foi comunicado ainda ontem pelo presidente do Conselho de Ética de que não poderia votar na sessão de hoje. Tebet achou na Constituição a justificativa para declarar o impedimento do ex-tucano

e ela será lida na reunião de hoje.

Arruda já havia sido aconselhado pelo amigo e ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, a não votar para evitar mais um desgaste à sua imagem. Ainda assim, estava relutante. Mesmo proibido de votar, Arruda comparecerá à reunião de hoje. Ele insistirá em convencer os integrantes do Conselho de Ética de que não merece perder o mandato pelo erro que cometeu. Para isso, fará sua defesa pessoalmente.

Apesar do esforço de Arruda, pouco poderá ser feito durante a reunião. A votação será aberta e com isso os senadores indecisos tendem a votar a favor do relatório de Saturnino. Até agora apenas os votos dos cinco senadores do PFL são considerados certos contra o relatório, o que representa um número insuficiente para evitar a abertura do processo de cassação.